

1 PRODUTO INTERNO BRUTO - 2005

A economia mundial, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá registrar um crescimento econômico próximo de 5,0%, com os Estados Unidos apontando para um crescimento de 3,5%. Esse panorama vem estimulando as exportações brasileiras que cresceram 13,46%, no primeiro semestre de 2006, resultando na balança comercial positiva de US\$ 19,53 bilhões. As exportações e importações brasileiras foram de, respectivamente, US\$ 60,90 bilhões e US\$ 41,37 bilhões, estes valores propiciaram uma corrente de comércio equivalente a US\$ 102,27 bilhões, no mesmo período de 2005.

Já para a economia brasileira foi feita uma nova projeção pelo Banco Central, passando de uma taxa 4%, de crescimento do PIB para 2006, para 3,5%, segundo consta em seu relatório trimestral de inflação. O ajuste deu-se em função dos resultados das atividades econômicas no segundo trimestre de 2006, quando se observou uma desaceleração mais acentuada do que estava prevista para o período, sobretudo na indústria e na agropecuária.

Dentro desse cenário, a economia do Ceará continuou sua trajetória de crescimento em 2006, também num patamar em torno de 4,0%. Por enquanto, a economia cearense vai acumulando um crescimento de A Tabela 1 mostra os resultados positivos dos três setores da economia, que contribuíram para o aumento do PIB de 3,5%, no segundo trimestre/2006, quando a agricultura cresceu 16,9%, a indústria, 2,1% e os serviços, 3,0%. A agricultura brasileira cresceu 1,0%, a indústria, 0,5% e os serviços, 1,9%, no segundo trimestre/2006.

O Produto Interno Bruto do Ceará previsto para 2006, pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), é de R\$ 36,1 bilhões, com crescimento em torno de 4,0% sobre o ano de 2005.

Tabela 1 – PIB por setores – Ceará e Brasil – 1^o Semestre/2005-2006 (%)

Períodos	Ceará	Brasil
Acumulado ao longo do ano/mesmo período do ano anterior		
Últimos 4 trimestres/quatro trimestres imediatamente anteriores		
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior		

Fonte: IPECE e IBGE.

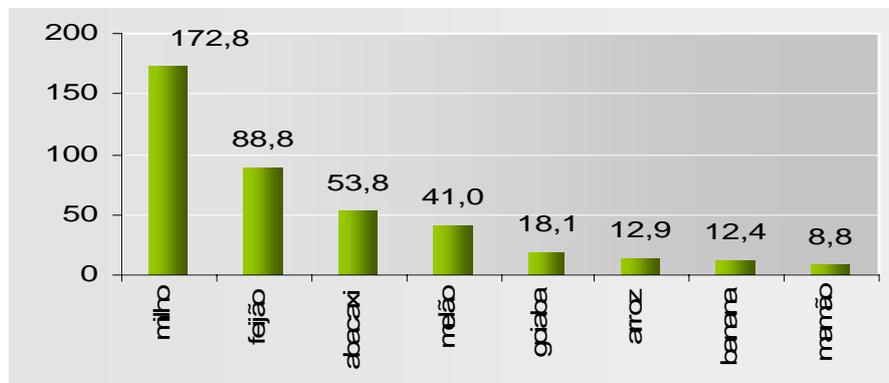
2 DESEMPENHO SETORIAL

2.1 AGROPECUÁRIA

A produção de grãos cearense deve bater mais um recorde, em 2006, segundo estimativa do IBGE, e alcançar o volume de 1,15 milhão de toneladas ou 117,36% maior que a registrada em 2005, 531 mil toneladas. O resultado da safra desse ano refletiu o aumento na produção de milho (172,83%), feijão (88,75%) e arroz (12,85%) (Gráfico 1). Vale salientar que as três culturas juntas correspondem a 97% do total de grãos. Diferentemente das demais culturas, o arroz com maior peso na produção estadual é o irrigado que totaliza um volume de 54.304 mil toneladas previstas para este ano.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

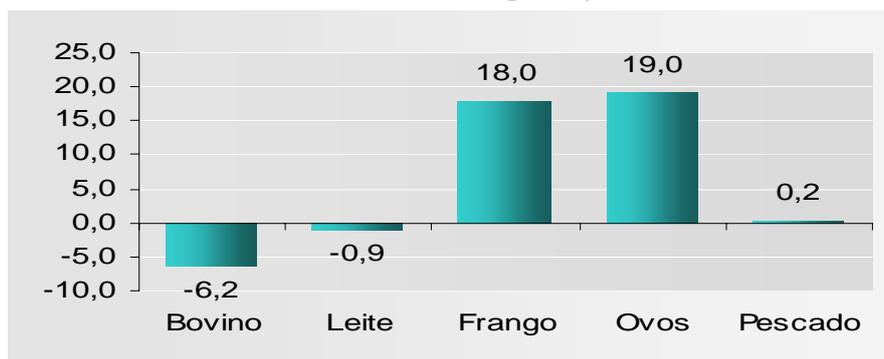
Gráfico 1 – Taxa de crescimento (%) das principais culturas – Ceará - 2006



Fonte: IBGE.

Na produção animal e derivados, de janeiro a junho/2006, os destaques foram para a produção de frangos (18,0%) e ovos (19,0%) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará - 2006



Fonte: IPECE, IBGE, ACEAV, DNOCS, Frigorífico Industrial do Cariri, IBAMA, MDIC e SEAGRI.

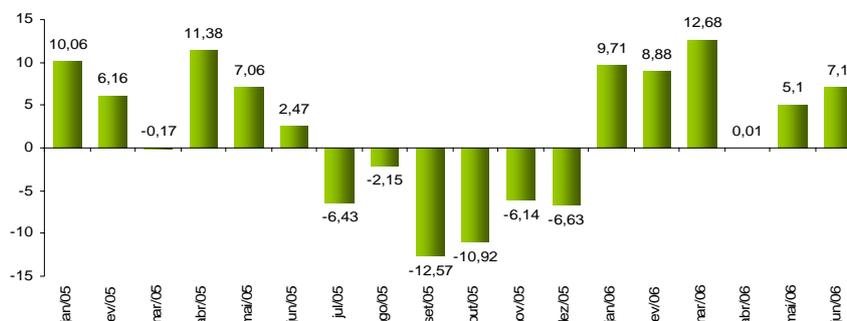
2.2 INDÚSTRIA

2.2.1 Indústria de Transformação

A indústria de transformação cearense fechou o primeiro semestre/2006 com uma taxa positiva de 7,2% na produção industrial relativamente à obtida em 2005. O resultado foi influenciado pelas performances das atividades fabris ligadas a têxtil (16,0%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (89,5%) e refino de petróleo e produção de álcool (35,7%), os principais destaques na composição do índice geral. Estes segmentos foram impulsionados pelo bom desempenho dos itens tecidos de algodão e de malha de fibra artificial; transformadores; e óleo diesel e gasolina, respectivamente. Por outro lado, com os maiores impactos negativos, sobressaem os recuos de vestuário (-21,8%), principalmente pela queda em vestuário profissional, e de alimentos e bebidas (-3,7%), pressionado pela diminuição nos itens amendoim e castanha de caju torrado.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Gráfico 3 - Evolução mensal da produção industrial - Ceará – 2005 –2006 (%)



Fonte: IBGE.

2.2.2 Indústria da Construção Civil e Extrativa Mineral

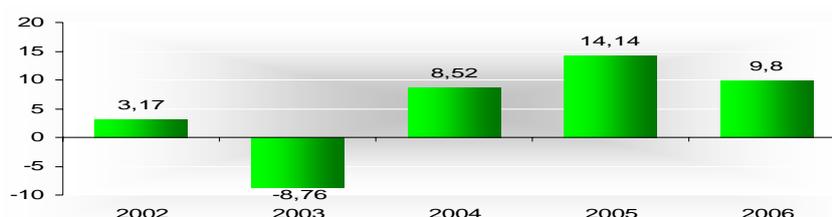
A construção civil apresentou recuperação em suas atividades ao longo de 2006, após quedas nos anos de 2002; 2003 e 2004. O segmento registrou um aumento de 8,5% no PIB a preços básicos no primeiro semestre/2006 sobre o mesmo período de 2005. Já a indústria extrativa mineral, que mede a produção de petróleo e gás natural, alcançou, no semestre, uma taxa de -14,0% no PIB a preços básicos. No primeiro semestre, todas as atividades ligadas a extrativa mineral registraram taxas negativas de 13,4% e 6,9%, respectivamente. Ao longo do primeiro semestre de 2006, as atividades de eletricidade, gás e água, revelaram queda de 4,9% sobre igual período de 2005, em função de recuo no consumo de energia elétrica (-6,9%) e consumo de gás (-30,5%). Apesar de ter apresentado crescimento no volume faturado de água, 1,9%, não foi suficiente para reverter o quadro negativo do conjunto de indicadores.

2.3 SERVIÇOS

2.3.1 Comércio Varejista

O ano de 2006 está sendo muito favorável ao comércio, sobretudo o varejista que fechou o primeiro semestre com uma taxa positiva de 9,8% no volume de vendas, segundo os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). As vendas cresceram a uma taxa superior à média brasileira, 5,7%, comparadas às vendas do mesmo semestre/2005. É importante ressaltar que os bons resultados obtidos pelo comércio cearense estão ocorrendo em cima de uma base de comparação elevada, pois no primeiro semestre/2005 o volume de vendas chegou a crescer 14,4% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução das vendas do comércio varejista (%) – Ceará - 1^o Semestre/2002-2006



Fonte: IBGE.

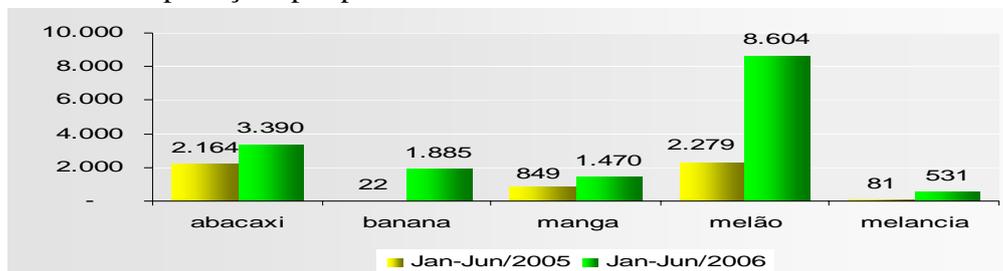
BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Os resultados do comércio varejista cearense foram ancorados no aumento das vendas de móveis e eletrodomésticos (27,5%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (13,0%), artigos farmacêuticos (7,6%) e vestuário, tecidos, calçados (3,9%). O segmento de combustível e lubrificante continua, no semestre, registrando vendas negativas (16,6%). De acordo com estas informações, apesar das limitações de crescimento, o segmento varejista do Ceará tem tido um movimento positivo, baseado na recuperação do poder de compra dos salários e na facilidade de acesso e disponibilidade de linhas de créditos.

2.3.2 Comércio Exterior

No primeiro semestre/2006, o comércio exterior cearense manteve sua trajetória de crescimento, que vem desde 2003. As exportações cearenses cresceram 4,4%, o que resultou numa receita de US\$ 465,6 milhões e as importações ampliaram-se em 30,3%, totalizando um valor de US\$ 390,5 milhões. Estes resultados proporcionaram um saldo positivo na balança comercial de US\$ 75,1 milhões. Mas se comparados com os resultados brasileiros às exportações cearenses obtiveram desempenho moderado, tendo em vista que as exportações brasileiras cresceram 13,5%, com a balança comercial de US\$ 19,53 bilhões. Apesar de ter enfrentado problemas localizados, os produtos mais exportados neste ano foram os seguintes: os calçados, com US\$ 117,3 milhões, seguidos da amêndoa da castanha de caju (US\$ 67,2 milhões) e couros e peles (US\$ 65,2 milhões). O Gráfico 5 mostra as maiores receitas obtidas com as vendas das frutas, que continuam com taxas de crescimento expressivas (167,4%). Para o crescimento nas vendas de frutas foi decisivo o programa de agricultura irrigada que vem, desde 1999, sendo incentivado em seis pólos, cobrindo 109 municípios cearenses.

Gráfico 5 - Exportações por produtos selecionados - Ceará – 1º Semestre/2005-2006



Fonte: SECEX/MDIC.

O Ceará, no primeiro semestre de 2006, importou um valor de US\$ 390,5 milhões, o que significou um aumento de 30,3% sobre o valor importado em igual período de 2005 (US\$ 299,7 milhões). Os combustíveis e minerais (US\$ 131,3 milhões), continuam liderando a pauta dos importados, seguidos de produtos metalúrgicos (US\$ 78,8 milhões) e têxteis (US\$ 39,6 milhões).

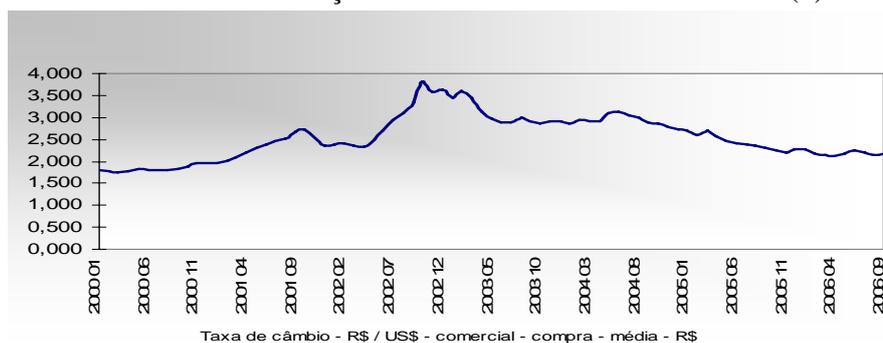
2.3.3 Inflação, Taxa de Juros e Câmbio

A inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o primeiro semestre de 2006 com uma taxa acumulada de 1,54%, o índice ficou aquém do indicado no primeiro semestre/2005, 3,16%. O resultado foi influenciado pela queda nos preços de produtos ligados a agropecuária, o que confirma a boa safra estimada para 2006, com destaque para feijão macassar, feijão preto, frutas, batata inglesa, tomate e outras. Fortaleza acusou um índice de 1,29%, no primeiro semestre/2006, abaixo do obtido no primeiro semestre/2005

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

(2,92%) e também inferior ao índice do país. O bom desempenho da economia cearense foi refletido na taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para Região Metropolitana de Fortaleza, que acusou uma taxa de 1,29% no primeiro semestre/2006 sobre o mesmo período de 2005. O dólar encerrou o primeiro semestre/2005 com um valor médio de R\$ 2,25. A taxa de câmbio continua sendo pressionada pela entrada de moeda estrangeira, com os superávits do balanço de pagamentos.

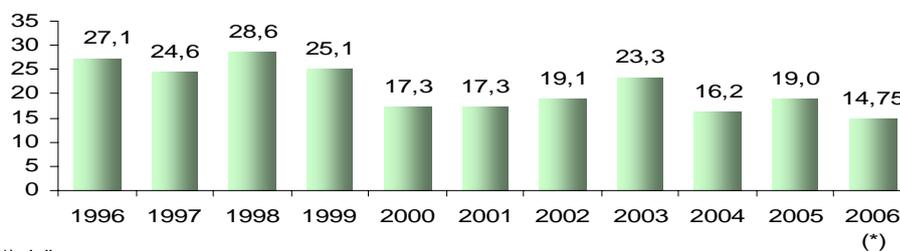
Gráfico 6 – Evolução do câmbio – Brasil - 2000-2006 (*)



Fonte: BANCO Central do Brasil (BCB).

Em setembro de 2005, o Banco Central mudou a tendência da política monetária -de restritiva para flexível- e deu início a um ciclo de reduções da taxa de juros. Em julho/2006, a Selic alcançou o patamar de 14,75% (Gráfico 7). Para o Copom a flexibilidade gradual da política monetária não comprometerá as importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na preservação do crescimento econômico com geração de empregos e aumento da renda real.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de juros Selic – Brasil – 1996 -2006



(*) Julho.

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

2.3.4 Mercado de Trabalho

Os resultados do comércio interno e de alguns segmentos industriais destinados à exportação ajudaram a ampliar a oferta de emprego formal. Isto significa empregos com maior segurança. Foram criados 120,8 mil novos postos de trabalho e perdidos 116,0 mil, o que resultou num saldo líquido de 4,8 mil novos postos de trabalho, no Ceará, de janeiro a junho/2006 sobre janeiro a junho/2005.

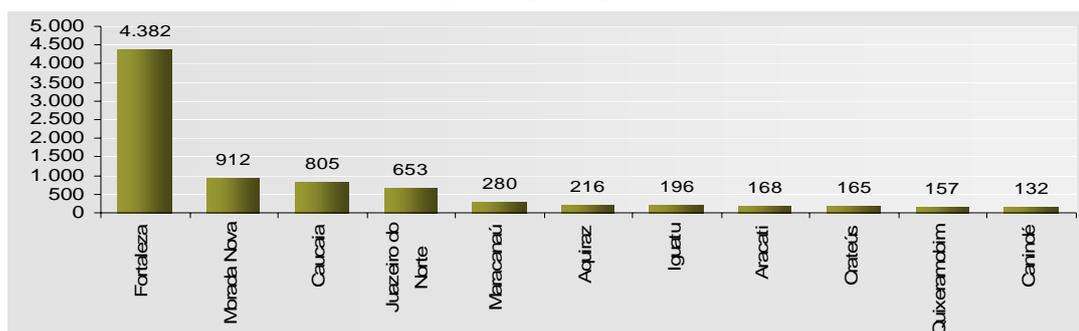
Esse aumento no número de empregos formais contribuiu para uma ampliação da massa salarial, em 2006. Na análise por setores econômicos, o destaque coube aos serviços, que lideraram a geração de empregos, com saldo de 4,3 mil vagas, discriminados em comércio

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

(1,3 mil empregos), alojamento e alimentação (1,1 mil empregos); e na indústria o destaque foi a construção civil que obteve um saldo 3,7 mil novos empregos.

Em nível geográfico, os municípios que mais contribuíram para os resultados positivos conquistados pelo Ceará foram: Fortaleza (4,4 mil vagas); Morada Nova (912 vagas); Caucaia (805 vagas); Juazeiro do Norte (653 vagas); Maracanaú (280 vagas) e Aquiraz (216 vagas), destacando os principais.

Gráfico 8 – Evolução do mercado de trabalho, saldo líquido (n^o) – Ceará
1^o Semestre/2005-2006



Fonte: CAGED/MTE.

3 FINANÇAS PÚBLICAS

3.1 Resultado Fiscal

O primeiro semestre de 2006 encerra-se com a obtenção de um resultado primário de R\$ 499 milhões ou 20,4% menor que o obtido no mesmo período de 2005, em termos reais. Comparado a 2003 o superávit primário do primeiro semestre de 2006 apresentou um aumento de 126% (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Resultado primário – Ceará – 2003-2006



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

Graças ao esforço fiscal praticado, o resultado nominal passou a ser positivo em 2005 em R\$ 219 milhões, em valores correntes, revertendo uma situação de déficit que ocorreu ao final de 2003 e 2004. Esta tendência continuou no primeiro semestre de 2006, quando o Resultado Nominal totalizou R\$ 544 milhões, montante 72% superior ao do mesmo período do ano de 2005. Este aumento é reflexo da diminuição do serviço da dívida, somada ao expressivo crescimento das operações de crédito no último semestre, o que se traduz em uma maior capacidade de investimento do Governo do Estado nos próximos anos.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Tabela 2 - Resultado primário e nominal – Ceará – 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	Jun/05	Dez/05	Jun/06
1. Receitas	2.989	6.173	3.417
Receitas de Transferências	1.254	2.526	1.379
FPE	1.110	2.198	1.239
Outras	145	328	140
Receitas de Arrecad. Própria	1.734	3.647	2.038
ICMS	1.449	3.097	1.634
Outras	285	549	404
2. Transferências aos Municípios	429	825	492
3. Receita Líquida ⁽¹⁻²⁾	2.559	5.348	2.925
4. Despesas não Financeiras	1.962	4.764	2.426
Pessoal e Encargos	1.133	2.556	1.233
OCC	829	2.208	1.193
Investimento	86	385	284
Outras Despesas de Capital	50	115	79
Sentenças Judiciais	2	8	0
Outras Despesas Correntes	691	1.699	830
5. Resultado Primário ⁽³⁻⁴⁾	597	584	499
6. Juros da Dívida ^(Líquido Devido)	111	214	76
7. Amortizações	214	420	202
8. Nec. De Financiamento ⁽⁵⁻⁶⁻⁷⁾	272	-50	221
9. Alienação de Bens	1	2	0
10. Operações de Crédito	43	268	323
Internas	8	38	183
Externas	34	230	140
11 - Resultado Nominal ⁽⁸⁺⁹⁺¹⁰⁾	316	219	544

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará. Elaboração: IPECE

3.2 Receitas e Despesas

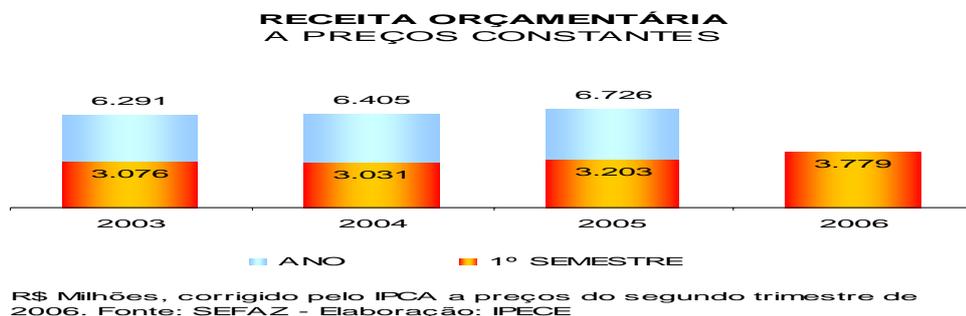
3.2.1 Receitas

A receita orçamentária anual vem apresentando aumentos reais desde 2003, encerrando 2005 no valor de R\$ 6.726 milhões. O primeiro semestre de 2006 confirma esta tendência, tendo superado em 18% a receita do mesmo período do ano anterior, R\$ 3.779. Mantendo-se esta performance, projeta-se para o ano de 2006 uma receita orçamentária na ordem de R\$ 7.997 milhões.

Como se pode observar no Gráfico 10, existe certo grau de sazonalidade na receita orçamentária entre os quatro trimestres do ano. Um padrão que pode ser observado é que o resultado do primeiro semestre é, tradicionalmente, inferior ao da segunda metade do ano. De 2003 a 2004, a participação média do primeiro semestre com relação ao resultado anual foi de 47,3%.

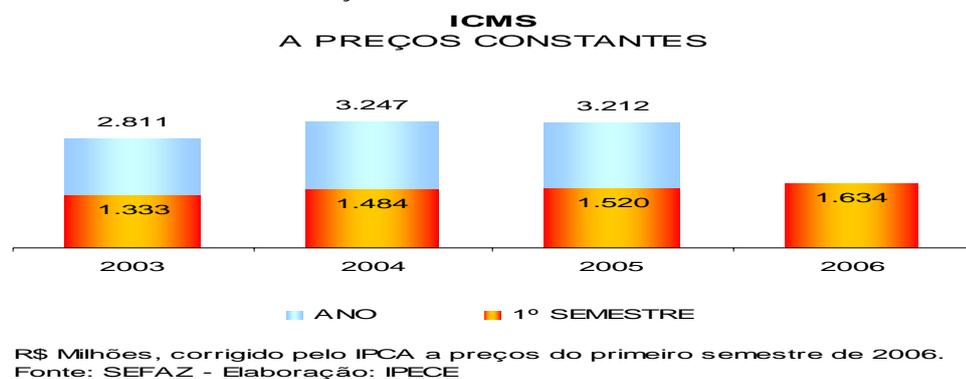
BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Gráfico 10 - Evolução da receita orçamentária – Ceará – 2003-2006



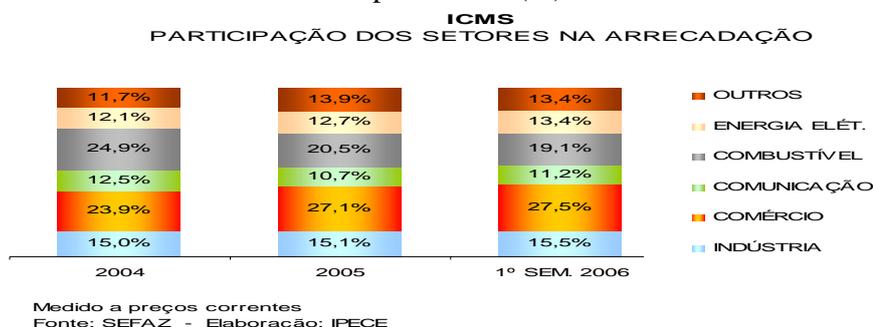
É importante frisar que este aumento da receita orçamentária no primeiro semestre de 2006 foi devido em parte ao crescimento na arrecadação do ICMS e das transferências da união, mas também ao aumento do volume de operações de crédito observado neste período.

Gráfico 11 - Evolução do ICMS – Ceará – 2003-2006



Ao se analisar a arrecadação do ICMS por setores, no primeiro semestre de 2006 os principais representantes continuaram a ser o comércio (27,5% do ICMS arrecadado), os combustíveis (19,1%) e a indústria (15,5%). Com relação a 2005, as variações mais significativas ocorreram no ICMS da Energia Elétrica (crescimento de 0,7%) e no ICMS dos Combustíveis (queda de 1,4%).

Gráfico 12 – ICMS por setores (%) – Ceará – 2004-2006

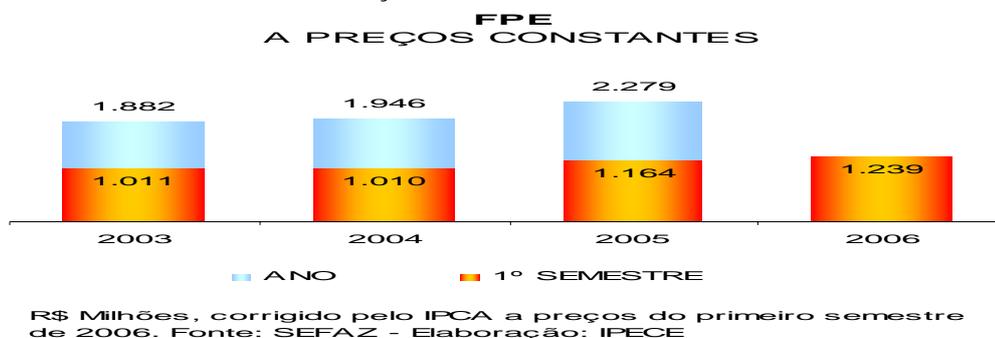


As transferências do FPE totalizaram R\$ 1.239 milhões no primeiro semestre de 2006, um aumento real de 6%, com relação ao mesmo período de 2005. O FPE transferido para o estado no

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

primeiro semestre praticamente não varia de ano a ano, equivalendo a aproximadamente 52% do total transferido anualmente, em média. Seguindo este padrão, projeta-se um montante de R\$ 2.320 milhões em transferências até o final de 2006.

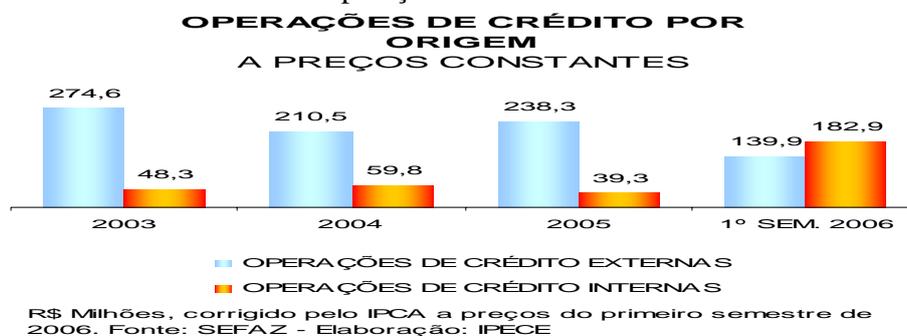
Gráfico 13 – Evolução do FPE – Ceará - 2003-2006



As receitas oriundas das operações de crédito acumularam, em 2005, um valor de R\$ 267,6 milhões, isto é, houve um aumento real de 2,7% em relação a 2004. Do total das operações de crédito, 86% são de origem externa (Gráfico 14).

As operações de crédito acumularam R\$ 322,8 milhões no primeiro semestre de 2006, representando um grande aumento se comparado ao ano anterior. Deste total, aproximadamente 57% compreendem créditos de origem interna, invertendo o padrão das operações dos anos anteriores. Observa-se que as operações de crédito dos seis primeiros meses de 2006 já ultrapassaram em 16% em relação ao total de operações do ano de 2005, em valores constantes.

Gráfico 15 – Operações de crédito – 2003 – 2006



3.2.2 Despesas

A despesa total do Governo do Estado manteve um nível praticamente constante nos anos de 2003 e 2004, em termos reais, e sofreu um pequeno acréscimo em 2005. Tomando-se o primeiro semestre de cada ano, vê-se que as despesas vinham caindo de 2003 a 2005, voltando a subir em 2006, quando somou R\$ 3.508 milhões. Este resultado foi 11% superior ao do mesmo período do ano anterior. Os principais componentes da despesa total do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos e pensionistas e “outras despesas correntes”, que será especificada mais adiante.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Gráfico 16 – Despesa total – Ceará - 2003 – 2006



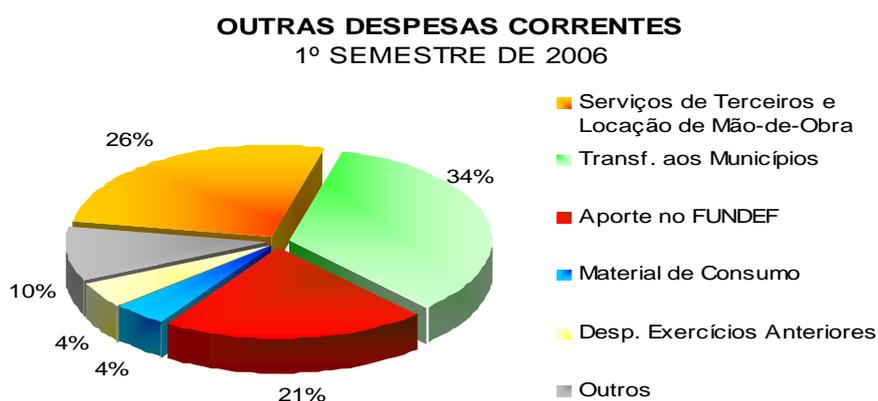
R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

Os gastos com investimentos somaram R\$ 324,6 milhões no primeiro semestre de 2006, demonstrando um crescimento real de cerca de 192% com relação ao mesmo período do ano anterior. Este valor espelha a melhoria da situação fiscal do Estado, evidenciada pelos sucessivos resultados nominais positivos obtidos desde 2005. Espera-se, portanto, uma trajetória crescente dos investimentos para o ano de 2006.

As Inversões Financeiras totalizaram, no primeiro semestre de 2006, R\$ 34,1 milhões. Isto representa uma redução real de 25%, com relação ao mesmo período do ano de 2005. Deve-se observar que, a partir de agosto de 2003, a contabilização dos incentivos fiscais sofreu significativas alterações, devendo-se, assim, analisar estes períodos separadamente.

As Outras Despesas Correntes correspondem a 42% do total de despesas do Estado. Nos anos 2003 a 2005, apresentaram um crescimento real médio anual de cerca de 8%. No primeiro semestre de 2006, essas despesas somaram R\$ 1.463 milhões, significando um crescimento real de 11,8% com relação ao mesmo período do ano passado.

Gráfico 17 – Despesa total – Ceará – 1º Semestre/2006



Fonte: SEFAZ.

FUNDEF

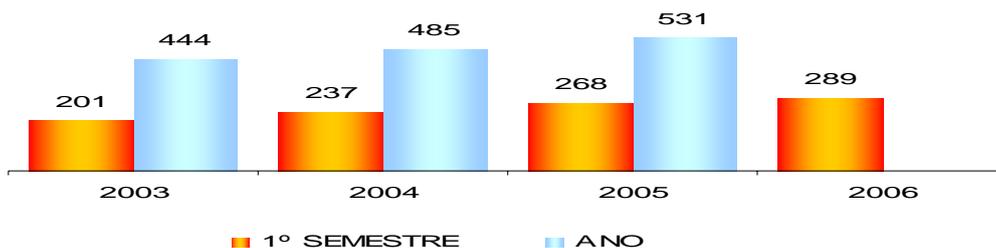
O aporte do Governo Estadual do FUNDEF, no primeiro semestre de 2006, totalizou R\$ 366 milhões, o que equivale a um acréscimo real de 4% com relação ao mesmo período de 2005. De 2003 a 2005, o valor vem crescendo em média 4,5% ao ano, em valores constantes.

Entre 2003 e 2005, o retorno do FUNDEF para o Governo do Estado tem sofrido uma redução real média de 7,4% ao ano. O retorno nos seis primeiros meses de 2006 totalizou R\$ 77,5 milhões, cerca de 7% a menos que o retorno do mesmo período de 2005.

O retorno do FUNDEF com relação ao aporte tem diminuído continuamente, chegando a 21% deste no primeiro semestre de 2006. Neste período, registrou-se uma perda da ordem de R\$ 289 milhões, resultado 7,8% superior ao do mesmo período de 2005, em valores constantes. De 2003 a 2005, a perda do FUNDEF cresceu 9,5% ao ano, em média.

Gráfico 18 – Despesa total – Ceará – 2003 - 2006

PERDA DO FUNDEF A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

4 PERSPECTIVAS PARA 2006

Espera-se que o ano de 2006 seja promissor para a economia brasileira e cearense. Dentro dessa expectativa, o IPECE prevê uma variação em torno de 4% no PIB estadual. Para a economia brasileira, o PIB deverá crescer 3,3%, segundo relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A previsão de crescimento foi reduzida após os resultados do PIB trimestral do segundo trimestre/2006, que mostravam um crescimento de apenas 0,5% em relação ao primeiro trimestre, o que compromete a meta de fechar 2006 com uma expansão de 4%.

Mesmo com uma taxa menor, as previsões de crescimento estão amparadas na continuidade de expansão do mercado externo e do controle da inflação, na queda da taxa Selic, além da recuperação do dólar ante o real. Tais medidas deverão estimular os investimentos produtivos e o mercado interno. É importante ressaltar que está previsto também um aumento no investimento público, possibilitado pela melhora significativa dos gastos públicos em 2005.

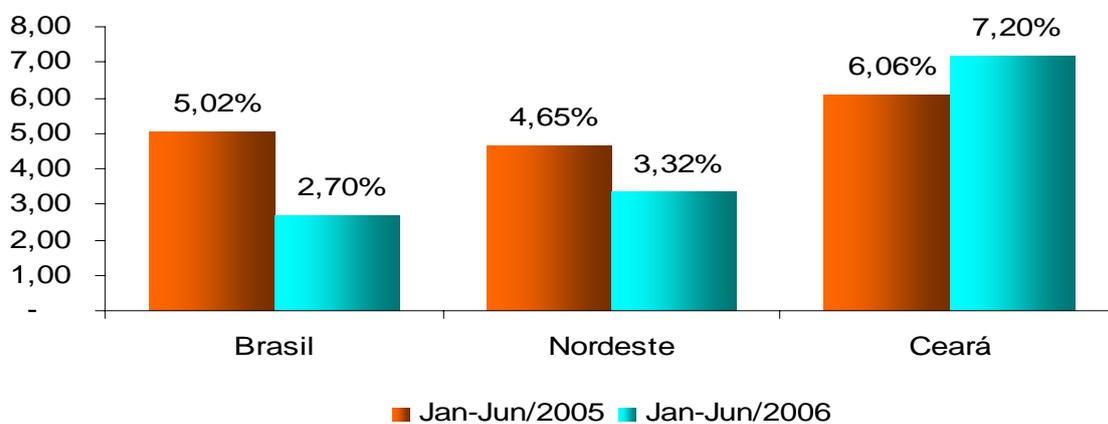
Em termo local, há uma grande expectativa de que o comércio varejista seja o segmento de sustentação do crescimento do PIB estadual, em 2006. Para isso, os lojistas do varejo têm contribuindo com a economia cearense ao promoverem algumas campanhas, como o Liquida Centro, para incentivar as vendas que, geralmente, são fracas no mês de setembro. A proposta é trabalhar com descontos de até 60%. As promoções irão intensificar para o Dia das Crianças, além de facilidades de pagamentos à vista e a créditos (crediário tradicional, cartões de crédito e cheques pré-datados).

A previsão de um movimento maior do comércio, em 2006, é confirmada pelo Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC), que segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os brasileiros estão mais confiantes em relação à economia brasileira. Deste mesmo sentimento compartilha a pesquisa realizada pela Federação do Comércio do Ceará (Fecomércio), que espera um volume de vendas para o Dia das Crianças maior que o ocorrido em 2005. A Federação cita, ainda, que o comércio vive um dos melhores períodos desde 2004. Os dados fazem parte de duas pesquisas do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC), sendo uma sobre a expectativa de compras do mês de outubro e outra específica acerca da intenção de compra da população de Fortaleza para o Dia da Criança.

Vale lembrar que as comemorações de final do ano, tradicionalmente, provocam um aumento no emprego temporário, que injetará mais recursos na economia, que, por sua vez, impulsionará o PIB estadual. Para este ano, o comércio e os demais serviços estimam criar cerca de 90 mil vagas ou 5 a 6% a mais que 2005. No Ceará, mais precisamente, em Fortaleza, foram ampliados os números de lojas e shoppings. Espera-se que esse movimento do comércio seja acompanhado pela indústria que, nesses seis primeiros meses do ano, já acumula uma taxa de crescimento de 7,2% contra 6,06%, em 2005, no mesmo período. Além disso, a taxa cearense supera a nacional e a regional que apresentam taxas acumuladas de, respectivamente, 2,64% e 3,32% (Gráfico 19).

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Gráfico 19 – Evolução da produção industrial – Brasil, Nordeste e Ceará – Jan.-Jun./2005-2006



Fonte: PIM-PF/IBGE.

5 OPINIÃO DO IPECE

Ativos Regionais: Uma abordagem para o Ceará

Débora Varela¹
Rogério Barbosa²

O ativo em uma organização corresponde a um conjunto de bens, valores e créditos que formam o patrimônio de uma empresa. Ao definir os ativos de uma região faz-se necessário compreender quais são os bens, os valores e a capacidade financeira que a região tem como meio para o seu crescimento econômico.

A utilização de indicadores para mensurar os ativos regionais é um novo recurso usado para um melhor entendimento dos ativos econômicos da região e disponibilizar informações para organizações privadas, governamentais ou não-governamentais na criação de novas estratégias de desenvolvimento regional.

Segundo o relatório de Contas Regionais do Brasil do IBGE, a utilização de indicadores sobre a realidade socioeconômica regional vem-se constituindo numa necessidade cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Pois desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, vem ocorrendo um novo padrão de relacionamento entre o governo federal, estados e municípios, dando aos poderes locais mais responsabilidade e autonomia para decidirem sobre a forma de gestão dos recursos visando à execução de suas políticas de desenvolvimento do espaço regional (IBGE, 2005).

Dentro desse contexto, esse trabalho pretende identificar a distribuição de alguns ativos regionais nas Macrorregiões do Estado do Ceará. A proposta é iniciar uma série de estudos sobre essa nova visão para o Ceará.

Segundo o *Federal Reserve of Kansas City* em estudos realizados pelo *Center for the Study of Rural América* (2006), existem oito categorias de análise para a classificação de ativos regionais, tais como: inovação, criação de força de trabalho, amenidades humanas, infra-estrutura, riqueza, finanças, empregabilidade e empreendedorismo.

Quadro 1: Categorias de análise para Ativos Regionais

Categoria	Variáveis
Inovação	Centros tecnológicos, Investimento em P & D, patentes.
Criação da força de trabalho	Quantidade de professores, qualificação de professores.
Amenidades humanas	Hotéis, pousadas, atrações turísticas, investimento para o turismo.
Infra-estrutura	Aeroportos, ferrovias, hidrovias, rodovias.
Riqueza	Concentração de riqueza, quantidade de bancos, PIB.
Finanças	Depósitos bancários, empréstimos.
Empregabilidade	Nº de empregos formais.
Empreendedorismo	Nº de empreendedores na região.

Fonte: FED Kansas City (2006).

¹ Economista, Mestre em Administração e Gerente do IPECE.

² Engenheiro-Agrônomo, Mestre em Economia Rural e Gerente do IPECE.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Nesse primeiro momento, serão analisadas somente três categorias, referentes à infra-estrutura, amenidades humanas e riqueza.

A infra-estrutura é sem dúvida um fator crítico para o crescimento econômico de uma determinada região. O investimento em infra-estrutura de transporte e telecomunicações promove o deslocamento de pessoas de uma região para outra, bem como dissemina o conhecimento através do incremento da produtividade.

As amenidades humanas podem ser uma força que direciona o crescimento econômico de algumas comunidades. Estes ativos influenciam tanto a migração quanto a decisão de localização de novos negócios.

As riquezas da região são ativos regionais considerados de extrema importância, visto que são os indicadores que quantificam e direcionam as autoridades a desenvolverem novas propostas de políticas públicas.

Tabela 1: Categorias de análise para Ativos Regionais no Ceará por Macrorregiões.

Regiões	Ferrovias	Terminais rodoviários	Meios de Hospedagem	Bancos	PIB Total (*)
Região Metropolitana	2	6	30.810	209	17.732,26
Litoral Oeste	1	6	6.852	22	1.532,84
Sobral	3	8	2.867	32	1.175,71
Sertão dos Inhamus	2	5	314	16	763,06
Sertão Central	3	8	2.101	24	1.198,90
Baturité	2	4	1.943	7	403,09
Litoral Leste	0	8	6.660	26	1.767,37
Cariri	3	14	4.459	57	2.821,55

Fonte: CFN (2004), DERT (2005), SETUR (2004), BACEN (2004), IPECE (2006).

(*) R\$ milhões.

A Região Metropolitana de Fortaleza é caracterizada pela predominância das atividades ligadas ao setor serviços e a indústria. Possui uma infra-estrutura composto pelos maiores portos do Estado: Pecém (São Gonçalo do Amarante) e (Fortaleza). Conta, ainda, com um aeroporto internacional, além de ferrovias e rodovias que interliga a Região aos demais municípios cearenses. Fortaleza, a capital do Estado, abrange a maioria dos serviços e indústrias instaladas no Ceará. No que se refere aos serviços, a Capital funciona como portão de entrada para os turistas que visitam o Ceará. Ressalte-se que em Fortaleza predominam o turismo natural, cultural e de negócios/eventos. É palco também para diversos campeonatos de esportes radicais. Em termos de infra-estrutura turística, em 1997, Fortaleza contava com 160 Meios de Hospedagem (MH); 6 mil Unidades Hoteleiras (UHs); e 14 mil leitos. Estes números em 2005 passaram para 219 MH; 10,5 UHs; e 24,6 mil leitos.

Vale salientar que o Produto Interno Bruto equivale a 65% do Ceará e, portanto, é um ponto a ser observado nesse estudo, visto que se percebe uma concentração de riqueza nessa região.

O Litoral Oeste é a maior macrorregião do Ceará e a que apresenta maior diversidade de paisagens e ostenta o terceiro lugar na economia cearense, com 6% na participação do PIB do Estado.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

A região de Sobral possui um dos maiores acervos culturais e religiosos do Estado. São museus, igrejas dos séculos XVIII e XIX, casas em *art-noveau* e o mais antigo teatro do Estado. Economicamente ocupa o sexto lugar em termos de Produto Interno Bruto em relação ao Ceará.

O Sertão dos Inhamuns, que faz divisa com o Piauí, é a sétima região do Estado no ranking do Produto Interno Bruto, sendo uma das regiões mais pobres do Estado.

O Sertão Central caracterizado por formações rochosas é considerado o mais importante ecossistema preservado do semi-árido nordestino. Suas características naturais permitem a prática de várias modalidades de turismo, como: de aventura, cultural, rural e de negócios/eventos. Possui uma infra-estrutura adequada para a recepção e adequação em meios de hospedagem. O PIB representa 4% do Estado do Ceará.

As serras de Aratanha e Baturité localizam-se cerca de 100 km de Fortaleza e conta com temperaturas mais amenas devido à influência da altitude das serras. Suas potencialidades naturais permitem o desenvolvimento do turismo ligado a aventura, a cultural, rural e de negócios/eventos. No entanto, ainda é uma região que precisa ser explorada, pois o PIB da região representa apenas 1% do Estado.

O Litoral Leste é uma das regiões que possui adequada infra-estrutura, visto que é uma macrorregião formada por 190 km de costa considerada como tradicional destino turístico e, portanto, possui 12% da ocupação hoteleira do Estado. Esta macrorregião representa 6% do PIB do Estado.

A região do Cariri abriga a Chapada do Araripe com importantes sítios arqueológicos. O turismo religioso é a marca desta macrorregião e por isso ser a segunda macrorregião com maior PIB do Estado, representando 10% do Ceará. A ocupação hoteleira é de 8%, considerada a quarta macrorregião de todo o Ceará.

Após a análise de todas as macrorregiões, conclui-se que se faz necessário adotar novas estratégias de políticas públicas para as regiões do Sertão do Inhamuns como a criação de infra-estrutura adequada e para as Serras de Aratanha e Baturité, explorando seus potenciais turísticos o que poderá gerar mais emprego e renda para a população.

Qualidade da Educação: Questão só de Dinheiro?

Francis Carlo Petterini³

Recentemente foram divulgadas as notas do Prova Brasil, uma nova versão para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que consiste numa prova para medir a qualidade do ensino público. Nesta última edição, foram aplicadas provas de português e matemática para mais de dois milhões de alunos da 4ª e da 8ª série, em todo o país.

De um modo geral, para todo o país, os resultados não foram animadores. Observou-se que a maioria dos alunos tem um nível “crítico” de leitura para sua classe, e em 16 estados a média dos alunos em matemática ficou abaixo do desejável.

Das regiões brasileiras, os estados do Nordeste apresentaram o pior desempenho no exame. Na opinião de alguns críticos, este resultado mostra a pouca disponibilidade recursos, desses estados, para o financiamento da rede pública de ensino. De fato isto, em parte, é verdade. Todavia, Roraima é o estado com mais recursos aplicados por estudante e teve o segundo pior resultado em matemática e o quarto pior em português.

Esta dicotomia de Roraima e dos estados do Nordeste levanta um questionamento: a qualidade da educação será mesmo uma questão somente de dinheiro?

Neste contexto, vale lembrar que, nos idos de 1966, James Coleman fez um estudo para o Departamento de Educação dos Estados Unidos, ONDE, embora não fosse o objetivo principal de seu trabalho, constatou que as notas dos alunos eram fortemente influenciadas pelas condições familiares.

Mais precisamente, Coleman observou que 75% da explicação das notas baixas (ou altas) de um aluno se davam pelo: nível de escolaridade dos pais, renda familiar, número de pessoas que viviam em sua casa e características da sua comunidade. Ou seja, no máximo 25% da nota do aluno poderia ser influenciada pelo dinheiro aplicado na escola.

Durante a década de 1980, Eric Hanushek, da Universidade de Stanford, desenvolveu uma série de estudos na área. A síntese dos estudos de Hanushek aponta que a qualidade da educação depende de três vetores: 1) família e comunidade; 2) escola e professores; e 3) características cognitivas. Corroborando com Coleman, Hanushek concluiu que na média o vetor “família e comunidade” é o fator principal no desempenho escolar.

Todavia, existem várias estudos sobre escolas de bairros pobres e violentos onde professores conseguem motivar seus alunos a ponto de suas notas superarem as expectativas. Algumas desses estudos, inclusive, foram retratadas por filmes produzidos por Hollywood.

Diante do exposto, pode-se sugerir que o desempenho dos alunos esteja ligado por motivações provenientes de três vetores:

³ Economista, Mestre em Economia e Analista de políticas Públicas do IPECE.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

1. Vetor “família e comunidade” - acredita-se que o desempenho escolar pode ser melhorado ao se estimular a participação dos pais na escola. Através da vinculação do “bolsa-família” ao desempenho dos filhos em testes, como o Prova Brasil ou o SPAECE (do governo estadual). Ou simplesmente enviando os resultados dos testes para os pais, mostrando a comparação das notas de seus filhos com padrões de referência.

2. Vetor “escola e professores” - acredita-se que se existir um sistema de gestão que premie monetariamente os bons professores a escola possa gerar melhores resultados. A lógica é estimular o professor para que ele estimule os alunos. Com o tempo, dado que todos querem ganhar monetariamente, um efeito imitação entre os professores levaria a escola a maximizar seu poder de influência no desempenho escolar.

3. Vetor “características cognitivas” – imagina-se que a natureza determina esses fatores, e o Estado não tem como influenciá-los.

Acredita-se que a qualidade do ensino, em parte, seja uma questão de gestão do dinheiro. Mas além da influência do dinheiro existem outros fatores, talvez mais importantes.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA

GOVERNADOR

Lúcio Gonçalo de Alcântara

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda

DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS

Antônio Lisboa Teles da Rosa

DIRETORIA DE ESTUDOS SETORIAIS

Pedro Jorge Vianna

ELABORAÇÃO

Ana Cristina Lima

Débora Varela Magalhães

Marcelo Ponte Barbosa

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Nicolino Trompieri Neto

Rogério Barbosa Soares

COLABORAÇÃO

Margarida Nascimento

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End. Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br